



Clipping Nacional

de

EDUCAÇÃO

Brasília, 14 de Janeiro de 2020

Após ameaça de fechar, Embrapii obtém verba e prevê novos projetos

Estatual levanta R\$ 80 milhões com MEC lança chamada pública nesta semana para alavancar novas unidades

Por Fabio Graner — De Brasília

Depois de ter corrido o risco de fechar, a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) conseguiu, no apagar das luzes de 2019, obter R\$ 80 milhões do Ministério da Educação (MEC) e vai lançar nesta semana uma chamada pública para alavancar novas unidades e projetos.

Além desse dinheiro, a estatal que busca fomentar a inovação nas empresas privadas conseguiu, por meio de emenda, prever R\$ 47 milhões na lei orçamentária de 2020, embora esses recursos ainda não estejam no seu caixa - diferentemente dos R\$ 80 milhões.

Ao Valor o presidente da Embrapii, Jorge Guimarães, comemorou o aporte de recursos feito pelo MEC. Isto permitirá o lançamento de uma chamada pública para abertura de até oito novas “Unidades Embrapii”, instituições com as quais mantém parceria para a execução dos projetos com o setor privado. Ele explica que a falta de recursos impediu tal movimento nos

últimos dois anos, mas agora está previsto para que o edital seja lançado amanhã.

Atualmente, a Embrapii tem na sua carteira 854 projetos, sendo que a estatal injetou pouco mais de R\$ 450 milhões desde 2015, quando começou a efetivamente operar. O modelo de operação é tripartite e, portanto, cada R\$ 1 investido pela companhia alavanca outros R\$ 2 para os projetos de inovação tecnológica.

“Esses R\$ 80 milhões já estão no caixa e permitirão que a gente alavanque R\$ 240 milhões em investimentos”, disse Guimarães. Ele aponta que as áreas que serão objetos da chamada pública são: novos materiais, energia renovável, tecnologia de informação e agronegócio.

Cada projeto terá um plano de ação de seis anos, mas o presidente da Embrapii avalia que o prazo de execução poderá ser inferior. Ele destaca que o modelo de atuação da companhia oferta para as empresas um centro de pesquisas.

Guimarães afirma que a estatal ainda busca ampliar seus recursos disponíveis e, para tanto, negocia novos aportes com outros ministérios. Um dos alvos, diz, é o Ministério de Minas e Energia. Ele

lembra que mais de 200 projetos hoje realizados com recursos da estatal são nas áreas de energia e mineração, ou seja, haveria grande sinergia com essa pasta. No ano passado, a empresa já havia tentado isso, mas não obteve recursos da pasta. Guimarães, contudo, acredita que esse ano pode ser diferente, pois em 2019, lembra, aquele ministério teve um corte substancial de orçamento, recomposto no fim do ano.

Guimarães defende que o uso da Embrapii deve ser visto como uma alternativa interessante para os ministérios, já que o dinheiro aportado na empresa pode ser usado a qualquer tempo nos projetos de desenvolvimento tecnológico, não estando sujeito a limites ou calendários orçamentários, depois que são alocados nela.

A falta de recursos fez com que, por volta de outubro do ano passado, o conselho da estatal considerasse o encerramento de suas operações. O tema chegou a ser tratado no conselho de administração da companhia. “Nós viramos o jogo com os recursos do Ministério da Educação”, disse Guimarães. “O governo entendeu a importância da empresa e creio que morreu a história de fechar a Embrapii”, afirmou.

Jovem Aprendiz passará por revisão

Entre as propostas está liberar o trabalho aos domingos e feriados

Por Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e Edna Simão — De Brasília

A Câmara dos Deputados prepara, em parceria com a equipe econômica do governo, uma reformulação na lei do Jovem Aprendiz, programa voltado à contratação e capacitação de estudantes entre 14 e 24 anos. Entre as propostas está liberar o trabalho aos domingos e feriados, que o contrato possa durar mais de dois anos e a realização de aulas à distância (EAD).

O projeto é parte da “agenda social” desenvolvida com o apoio do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e foi apresentado por 17 líderes partidários nas vésperas do recesso parlamentar. Uma comissão especial discutirá a proposta a partir de fevereiro e a intenção do futuro relator, o deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP), é votá-lo ainda no primeiro semestre.

O texto foi elaborado pela assessoria de Bertaiolli após sugestões de diversas entidades do setor, de empresas, como Magazine Luiza e Unilever - que, procuradas pelo Valor, não se manifestaram-, do Ministério da Economia, de juízes e



Bertaiolli: simplificar a definição de quantos aprendizes cada empresa deverá contratar é uma das mudanças — Foto: Luis Macedo/Câmara dos Deputados

procuradores do Trabalho e acabou apresentado com apoio de diversos partidos, da base (PSL), de centro (como PP, DEM e PSDB) e da oposição (PDT, PSB e PCdoB).

O jovem aprendiz é contratado pelas empresas por meio de uma entidade de qualificação, como o Centro de Integração Empresa-Escola (Ciee), ou do Sistema S, como Senac. Ele é contratado pela CLT, mas tem carga horária reduzida e precisa fazer cursos teóricos sobre a profissão que está exercendo. O contrato de trabalho é de, no máximo, dois anos.

O projeto promove uma série de mudanças e atualizações na Lei da Aprendizagem, que completa 20 anos agora. Um dos principais

pontos é simplificar a definição de quantos aprendizes cada empresa deverá contratar.

Hoje calcular esse número é tarefa que exige um contador a parte, diz Bertaiolli. “E há empresas que, mesmo fazendo tudo direitinho, acabam respondendo a ações por causa da complexidade”, destaca. Pelo projeto, haverá uma cota que variará entre 3% dos empregados (para empresas com mais de 7,5 mil funcionários) e 15%.

Apesar de defender a modernização da lei, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) avalia que a definição da cota deveria contemplar apenas as ocupações que exigem formação técnico-profissional e não a





totalidade dos empregados das empresas, como prevê a proposta. “Além de afastar o necessário caráter educacional da aprendizagem, da forma como está, a proposição onera as empresas e amplia a insegurança jurídica para o cumprimento da legislação”, disse a entidade em nota.

O Valor apurou que o governo quer usar o projeto para ajustar as cotas em áreas que exigem formação específica, como segurança, empresas de ônibus e de cargas pesadas, onde há dificuldade de contratação por causa das restrições desses tipos de atividade.

Outro item que deve levantar mais polêmica é permitir que os aprendizes com mais de 18 anos de idade trabalhem aos domingos e feriados, medida que o governo já tenta implementar para todos os demais trabalhadores por meio da medida provisória (MP) do Emprego Verde e Amarelo. A lei atual não veda, mas uma instrução normativa do extinto Ministério do Trabalho proíbe isso no caso dos aprendizes.

O superintendente Nacional de Operações do Ciee, Marcelo Gallo, defende a liberação e diz que hoje há insegurança jurídica porque a instrução normativa não seria o instrumento adequado para dispor sobre isso. “Há setores como hotelaria, comércio e serviços que não param aos domingos e feriados e é positivo que o jovem possa atuar nesses dias”, disse. O projeto deixa como obrigatória uma folga aos domingos a cada mês.

Já a coordenadora nacional da Coordenadoria Nacional de

Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente do Ministério Público do Trabalho, Ana Maria Villa Real, critica essa abertura. “Mesmo com idade superior a 18 anos, não é compatível que o profissional de aprendizagem trabalhe aos finais de semana porque ele precisa estudar”, diz.

Ana Maria afirma que o órgão foi ouvido no início da formulação do projeto e que “o texto inicial tinha ficado muito bom”, mas que outras instituições foram consultadas depois e sugeriram alterações que o MPT não concorda. Uma delas é a centralização da cota, que, na opinião dela, tira a capilaridade da profissionalização, impedindo que alcance zonas periféricas. A ausência de prazo para o contrato de pessoas com deficiência como aprendizes, afirmou, precariza a situação desses profissionais “porque os deixa eternamente na posição de aprendizagem”.

Há também alterações nas regras de realização dos cursos. Um ato infralegal determinou que as aulas teóricas fossem ampliadas de 20% do tempo (ou seja, um dia a cada semana) para 30%. Isso tornou mais complicada a divisão dos dias, diz Bertaiolli, e a intenção é voltar ao modelo anterior, com quatro dias de atuação na empresa e um de aula.

Ainda será permitido que até 50% das aulas teóricas sejam realizadas na modalidade de ensino à distância (EAD). Hoje até existe essa possibilidade, mas apenas em locais onde não há entidades de qualificação. A mudança é positiva, destaca Gallo, do CIEE, mas a regra

prevista no projeto “está confusa” e é preciso que seja aperfeiçoada. “Não somos contra, mas merece cautela e melhor formulação”, pontua.

Além disso, há mudanças que visam desburocratizar as contratações. A empresa poderá demitir o aprendiz num prazo de 90 dias, igual ao que ocorre com os demais trabalhadores, sem precisar de um parecer da entidade de qualificação. Hoje a legislação só permite demissões em alguns casos, como ser reprovado no curso, situações que justificariam um desligamento por justa causa ou inépcia - mas ainda é preciso aval da entidade.

Outra medida é permitir que, se abrir uma vaga na empresa, o contrato de aprendiz possa ser transformado em por tempo indefinido, como o de um trabalhador comum. Atualmente essa conversão só pode ocorrer ao fim do contrato de aprendiz ou se o estudante pedir o desligamento e depois ser contratado, o que demora mais. “Se ele tiver que esperar até o fim do contrato, nada garante que ainda haverá uma vaga”, diz Gallo.

O aprendiz também poderá ter um contrato maior que dois anos, hoje o limite máximo, desde que ainda não tenha completado os 18 anos de idade. A ideia é evitar que um jovem de 14 anos tenha que deixar a empresa aos 16 anos por ainda não ter idade suficiente para ser contratado. Acima dos 18 anos, continuará a valer o prazo de um biênio.





Bertaiolli afirma que o projeto servirá de base, mas poderá ser aperfeiçoado ao longo das discussões na comissão especial. “Pretendo trabalhar para que a comissão seja instalada em fevereiro e conclua o debate em, no máximo, 90 dias para votarmos em plenário ainda no primeiro semestre”, planeja.

Urgência máxima na educação

O Congresso tem feito o seu papel para construir um novo Fundeb. As entidades da sociedade civil, também. Quem tem errado consistentemente é o governo. O risco será de todo o país, caso os prazos se esgotem sem que haja um projeto aprovado. O Fundo é formado por recursos dos estados, municípios e governo federal, e ele complementa o financiamento para a educação básica no Brasil. Este será o último ano de vigência. O assunto está tramitando no Congresso há três anos, e agora, na reta final, o Ministério da Educação surpreendeu todo mundo dizendo que mandará uma nova PEC.

A deputada Professora Dorinha (DEM-TO) explicou para a coluna o risco desse “começar de novo” inventado pelo governo:

—Tive essa informação de envio de um novo texto por meio da entrevista coletiva do ministro. Essa ideia não tem cabimento nem lugar. Como é uma PEC, estamos trabalhando neste texto desde a legislatura passada. É complexo. Não votamos porque ficamos parados em 2018 sem poder votar mudança constitucional por causa da intervenção no Rio, mas o debate e as audiências públicas aconteceram. Nesta legislatura o texto teve que ser reapresentado e continuei como relatora.

No fim de semana, a presidente do Todos pela Educação, Priscila

Cruz, reagiu indignada a essa volta à estaca zero anunciada pelo ministro Abraham Weintraub. Ela acha que isso é uma tentativa de “desmonte” do Fundeb. Priscila escreveu em rede social que isso coloca em risco a existência do fundo e desrespeita três anos de trabalho do Congresso: “Governar não deveria ser para amadores, diversionistas e oportunistas”, disse.

Um assunto constante das entrevistas com os candidatos em 2018 era como resolver o Fundeb. E não houve por parte do então candidato, hoje presidente, qualquer resposta coerente sobre o assunto. Os jornalistas pareciam apressados ao perguntar, em 2018, sobre um fundo cuja validade vai acabar apenas no fim de 2020. Mas quem acompanha o assunto sabe que esse fundo virou a espinha dorsal do financiamento educacional brasileiro. Acabar com ele, ou não tomar decisões atempo, é instalar o caos na educação básica no começo do ano que vem.

Essa política pública nasceu no governo Fernando Henrique. Era o Fundef. Cobria o Fundamental. Mas sempre teve o mesmo desenho: os três níveis da Federação contribuem para que o valor seja depois distribuído com critérios que buscam a redução das desigualdades. No governo Lula, virou Fundeb, depois das críticas de praxe às propostas do governo anterior, mas que eram

tão boas que foram ampliadas para o ensino médio.

Desde o começo da atual administração todo mundo da área tenta explicar a urgência de uma decisão. O Ministério da Educação ignorou o assunto por muito tempo. Depois passou a participar. E agora surpreende com a notícia do envio de nova PEC.

Como existem três textos sobre o assunto tramitando—no Senado orela toré o deputado Flávio Arns (Rede-PR)— para ganhar tempo, desde o ano passado, foi feito um trabalho conjunto com as consultorias das duas Casas para assim uniformizar o texto.

—Não dá para imaginar alguém começando do zero com uma nova PEC agora. Na verdade eu não consigo entender de onde ele (o ministro) tirou isso—diz a deputada Dorinha.

Hoje o fundo representa 63% do financiamento da educação básica. O fundo ultrapassa R\$ 150 bilhões, mas atualmente só 10% são depositados pelo governo federal. A ideia é ampliar paulatinamente o percentual que é de responsabilidade do governo federal. Há uma discussão com a área econômica que tem sido construtiva. Eles propuseram elevar para 15%, usando recursos dos fundos regionais. O problema mesmo é a atitude do MEC.

— No Brasil, 49% das escolas





não têm esgoto. Cerca de 29% das escolas não têm água, tudo é básico. E a parte escolar mesmo, biblioteca, sala de aula, a estrutura é muito ruim —diz a relatora.

O Congresso está propondo o uso de recursos do fundo social de petróleo e gás natural que em 2019 arrecadou R\$ 19 bilhões, e o direcionamento de fundos que estavam parados e estão sendo extintos pelo governo.

— O Fust nós votamos e só serviu para fazer superávit —diz a deputada.

A deputada acha que a Câmara tem que votar até abril, no plenário, porque precisa ir para o Senado e ser votado no primeiro semestre, porque o segundo terá que ser dedicado às regulamentações. Ela acha que o texto na verdade já deveria estar votado. Essa é a urgência máxima da pauta da educação no país hoje.

Ao propor nova PEC, Ministério da Educação coloca em risco o Fundeb e todo o financiamento da educação básica do país

Verba de Doria para escolas não chega a metade da necessária

Em ofício de 2019, secretário disse que seria preciso recompor dotação de 2014; mais recursos virão neste ano, diz pasta

Angela Pinho
SÃO PAULO

O investimento de R\$ 1 bilhão em melhorias de escolas anunciado na semana passada pelo governador João Doria (PSDB) não chega a metade do que a Secretaria da Educação considerava necessário há um ano apenas para obras nas unidades.

Do valor liberado pelo governo, a maior parte (R\$ 630 milhões) será destinada às associações de pais e mestres (APMs) dos colégios estaduais por meio do recém-criado PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola). Elas poderão utilizar a verba no que considerarem necessário — de reparos à compra de equipamentos pedagógicos e de segurança, por exemplo.

Cerca de R\$ 200 milhões vão para a aquisição de mobiliário, como mesas, cadeiras e lousas, e R\$ 94,3 milhões para material escolar.

O governador João Doria (PSDB) anuncia repasses para melhorias em escolas

O recurso de fato carimbado para obras é de R\$ 77 milhões e se destina a 754 unidades.

O valor está consideravelmente abaixo do que o secretário da Educação, Rossieli Soares, informou ser necessário no ano passado em ofício ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

No documento, com data de 12 de março de 2019, Rossieli cita obras que não foram autorizadas no ano anterior “por não ‘caberm’ dentro da dotação orçamentária” e diz que o orçamento previsto para 2019, de R\$ 110 milhões, restringiria ainda mais a capacidade de execução de reformas e manutenções.

“Com efeito, o plano de obras da SEE [Secretaria de Estado da Educação] encontra-se consolidado com as prioridades da rede, no entanto, para executá-lo seria necessário no mínimo a dotação orçamentária do ano 2014.”

Em seguida, ele informa que cabe à pasta remanejar recursos de outras áreas ou pleitear mais verba ao Estado e informa da necessidade dos recursos.

“Conforme informado no item

anterior, a drástica redução dos recursos fornecidos para realização de obras está impactando diretamente no atendimento das necessidades de infraestrutura”, afirmou o então recém-nomeado secretário. “Essa redução é inversamente proporcional à demanda, pois a rede estadual de educação é gigantesca, são quase 5.400 prédios escolares e administrativos e toda essa estrutura necessita de manutenção constante, de tempos em tempos, pois são acometidas por deterioração por ação do tempo, vandalismos, natureza etc.”

A verba de 2014 para obras à qual Rossieli se refere no ofício foi de R\$ 1,8 bilhão, em valor atualizado pela inflação. Foram consideradas no cálculo as rubricas de “construção e ampliação da rede física escolar” e “conservação, manutenção e reparos em prédios escolares”.

Desde então, o investimento nas duas áreas despencou, deixando dezenas de obras à espera de autorização da área financeira da Educação.

Em 2019, primeiro ano de Doria no governo, os recursos despendidos nas duas rubricas ficaram em apenas R\$ 17,7 milhões.





Secretário-executivo da Educação, Haroldo Corrêa afirma que, contando os gastos de outras fontes, o investimento na estrutura das escolas no ano passado foi na verdade de R\$ 185 milhões.

Mesmo considerando-se essa quantia e partindo-se do pressuposto de que as APMs irão gastar integralmente o valor repassado em reformas e manutenção, o recurso destinado a obras em 2019 e anunciado no início deste ano não chega a nem metade do que o secretário dizia considerar necessário há dez meses.

Procuradora do Ministério Público de Contas e autora do questionamento respondido no ofício de Rossieli em 2019, Élica Graziane avalia que, além de os repasses anunciados na semana passada estarem aquém da necessidade, a forma como eles são feitos é temerária.

Ao liberar o recurso diretamente para as APMs, diz ela, corre-se o risco de burla do dever de licitar.

Já o secretário-executivo da

Educação argumenta que as APMs terão mais agilidade para fazer os investimentos necessários, de acordo com a realidade de cada escola.

Ele diz que não foi possível executar todas as obras necessárias nas escolas ainda em 2019 porque a economia só começou a reagir no final do ano. Afirma ainda que os repasses anunciados na semana passada são de recursos do orçamento 2019 e que, em 2020, a expectativa é que seja possível destinar um volume maior a essas ações.

A verba disponível para a secretaria em 2020 é similar à de 2014, segundo o Projeto de Lei Orçamentária. O recurso previsto para manutenção da rede física é de R\$ 535,9 milhões. Segundo Corrêa, a depender do desempenho da economia, essa quantia pode ser revista.

No evento em que anunciou os repasses, Doria afirmou que a meta é concluir todas as obras necessárias nas escolas concluídas até o final de 2022.

Unicamp exigiu senso crítico, dizem professores

Patrícia Pasquini

SÃO PAULO A segunda fase do vestibular da Unicamp 2020 terminou nesta segunda-feira (13), com a prova de matemática, as questões interdisciplinares de ciências humanas e da natureza, além da prova específica relacionada ao curso escolhido.

Para a professora Vera Antunes, coordenadora do curso e colégio Objetivo, a prova de história foi bastante difícil, porque fugiu do padrão normal do ensino médio.

"Exigiu do aluno um pensar crítico e sabedoria para correlacionar fatos da história. Uma questão sobre o Holocausto exige formação crítica, maturidade, conhecimento. Não é comum no dia a dia do aluno que vem do ensino médio", avalia.

Geografia trouxe uma questão sobre relevo e outras mais modernas, como uma sobre a importância dos minérios raros do Congo, que são usados na alta tecnologia.

Em química, os enunciados foram longos, mas a Unicamp manteve a tradição em colocar perguntas sobre química ambiental e da atualidade, como sobre as manchas de petróleo em mares brasileiros.

Outro destaque, a prova de matemática foi clássica, com questões claras e sem grandes cálculos.

Na opinião do professor Edmilson Motta, coordenador geral do Grupo Etapa, houve diferença entre as questões das provas comuns e específicas. "As comuns trazem as características da Unicamp antiga, tudo igual para todo mundo. É o que a gente via

há dez anos", afirma Motta.

Ele também destacou a prova de matemática, que neste ano foi concentrada em geometria e áreas correlatas.

"Houve provas difíceis, com equilíbrio entre a parte de interpretação de gráfico, tabela e mapa, e de conhecimentos específicos. O que a Unicamp tinha prometido fazer e fez foi unir filosofia com história — a prova de história trouxe uma pergunta clássica de filosofia — e sociologia associada à geografia, com questão sobre movimentos sociais", explica.

No total, 12.106 candidatos fizeram o exame e o índice de abstenção, de 10,9%, foi o menor desde 2012.

Em 2019, a abstenção registrada no segundo dia da segunda fase foi de 13,6%. Este ano, dos 13.589 aprovados para a segunda fase, 1.483 estu-

dantes não compareceram.

De acordo com o diretor da Comvest (Comissão Permanente para os Vestibulares da Unicamp), José Alves de Freitas Neto, uma das explicações para o baixo índice de ausentes pode ser a redução da segunda fase do vestibular de três para dois dias.

A segunda fase do vestibular da Unicamp ocorreu nos dias 12 e 13 de janeiro em 22 cidades brasileiras.

As provas de habilidades específicas, para os cursos de arquitetura e urbanismo, artes cênicas, artes visuais e dança serão realizadas em Campinas entre os dias 20 e 24 de janeiro de 2020.

A primeira lista de aprovados será divulgada em 10 de fevereiro, para matrícula eletrônica no dia seguinte. Estão previstas até dez chamadas.

Maldito vício

» CRISTOVAM BUARQUE

Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

No Brasil, todos defendem distribuição de renda, mas dependem da sua concentração. É nossa droga: ela nos mata, mas vivemos com ela. Nascemos concentrando a terra em capitâneas e nunca fizemos a reforma agrária. O latifúndio é um vício e uma característica nacional.

Em um país com população pobre, nossa industrialização é baseada em produtos para os ricos e as classes médias. O automóvel é um exemplo. Raros podiam comprar esse produto e, por isso, foi necessário concentrar renda, usando uma arquitetura baseada na inflação. Se a renda nacional fosse bem distribuída, não haveria demanda para o perfil de bens industriais que nossa economia escolheu produzir.

O debate entre economistas que defendiam distribuir para crescer e os que defendiam crescer para depois distribuir foi vencido por esses últimos. Tanto esquerda quanto direita defenderam a inflação que concentra renda. Os economistas de esquerda ou de direita defenderam medidas desenvolvimentistas que

concentravam renda, especialmente pela inflação, mas também priorizando estradas para carros, infraestrutura para a economia voltada para os ricos, desprezando saneamento e escola para os pobres.

Quando a demanda dos poucos ricos se esgotou, criou-se a dinâmica pela substituição de carros considerados obsoletos pela simples razão de terem sido fabricados no ano anterior. Quando os carros ficaram sem compradores, concentraram a renda no sistema financeiro, emprestando dinheiro e endividando a classe média baixa para que comprasse carros.

O que parecia ser distribuição de carros era concentração de renda, tirada do consumo de bens essenciais para gerar dupla inadimplência: dentro da família, por suas necessidades básicas sacrificadas, e entre a família e o sistema financeiro pela necessidade de pagar os empréstimos tomados. Dificilmente, a população brasileira aceitaria imposto sobre automóveis ou combustíveis para financiar o transporte público.

Passou-se a raciocinar que era preciso criar ricos, para dar emprego aos pobres. Concentrar renda, para empregar os que não tinham renda. Aos poucos, as medidas distributivas foram relegadas em benefício do desenvolvimento imediato concentrador.

Até mesmo na educação, o Brasil inteiro, não só os políticos, prefere investir entre os poucos milhões de universitários do que para os 12 milhões de analfabetos plenos, os 70 milhões de analfabetos funcionais, ou os 50 milhões de crianças em idade para educação de base. Há, no Brasil, um sentimento de que a boa educação é um privilégio de poucos, o maldito vício não permite ao Brasil acreditar que os filhos dos pobres têm direito e competência para estudarem na mesma escola dos filhos dos ricos

O vício brasileiro é tão forte que a loteria é vista como distribuidora de renda, apesar de que semanalmente transfere pequenas rendas de milhões de pessoas para concentrá-las nos poucos vencedores.

Nosso vício pela concentração é tão grande que pessoas não medem sua renda pelo poder de compra, mas pelo número de salários mínimos que recebem. Ainda que a renda suba, consideram como perda o ganho que tiveram em relação a um número menor de salários mínimos. Os aposentados não se contentam com a recuperação do poder de compra da aposentadoria, querem reajustes que mantenham o valor em número de salários mínimos. Não defendem, portanto, distribuição de renda.

É comum ver conservadores criticando o fato de que o salário





mínimo sobe mais que os salários maiores, diminuindo a brecha entre os grandes e pequenos salários. Mas não é apenas entre conservadores, os sindicatos de trabalhadores ligados a partidos de esquerda criticam quando seus servidores de nível superior perdem em comparação com salários dos níveis inferiores.

No imaginário brasileiro, é preciso elevar as rendas inferiores sem qualquer sacrifício nas rendas superiores. Portanto, distribuir sem distribuir, desconcentrar sem tocar na concentração. Como um dependente da droga que deseja se livrar dela, mas sem perder o vício nem a dependência.

O mais sintomático é que a única forma de ampliar a renda de todos e criar um mecanismo de distribuição seria pela implantação de um sistema educacional de base com qualidade igual para todos: pobres e ricos nas mesmas escolas. Mas o maldito vício da concentração não permite surgir um sentimento que defenda esse propósito. Nossa população não acredita que isso seja possível. O maldito vício domina a lógica e a vontade.

Só papos

“Entre na internet e veja como foi o último concurso público da Abin. Se você ver, é um concurso que não tem praticamente nada de matemática e está lá falando de governo estadunidense. Então, você, na seleção, já seleciona pessoas com viés de esquerda nos concursos, como é o Enem”

Abraham Weintraub,
ministro da Educação

Anjos pela educação



Voluntárias com família beneficiada pela iniciativa

Projeto social arrecada material escolar para doar a crianças de baixa renda das áreas rurais do DF. Os anjalhaços ajudam quase 200 estudantes

» CAROLINE CINTRA

“Eu me aposentei da Secretaria de Educação, mas continuo atuando na vida de crianças. É tudo por amor a elas. Não por profissão, mas por dedicação. Voluntariado é um ato de amor.” A fala é da professora Yara Alves, 52 anos, à frente da Associação Anjalhaços há um ano. O grupo completou 10 anos em outubro passado e tem mais de 200 voluntários que ajudam famílias de baixa renda das áreas rurais do Distrito Federal. A cada época do

ano, uma campanha é lançada. Em janeiro, o projeto Quem Gosta de Estudar Vai com a Anjalhaços Passear arrecada materiais escolares que serão distribuídos para meninos e meninas carentes.

O projeto ajuda cerca de 200 crianças. Até o ano passado, as doações eram feitas às que moram no bairro Baía dos Carroceiros, em Santa Maria, e aos alunos da Escola Darci Ribeiro, no Novo Gama (GO). Desta vez, o intuito é contemplar moradores do bairro Porto Rico, também em Santa Maria. “É uma comunidade muito carente. As crianças ficam brincando no esgoto. A situação é realmente triste. Nossa vontade, neste ano, é alcançar essas crianças. Fazemos algumas

ações lá em outras épocas, agora, queremos completar as doações com material escolar”, disse Yara.

Os voluntários devem doar os utensílios até 20 de fevereiro. As entregas ocorrerão em três datas, antes da volta às aulas. A primeira será em 26 de fevereiro. As demais ainda serão definidas. Além da entrega, as crianças recebem aplicação de flúor no dente e participam de outras atividades desenvolvidas pelos integrantes da associação. Mas o trabalho não termina aí. A equipe acompanha o ano letivo, e os alunos que se destacam vão para um passeio no fim do semestre. Em junho, será no Parque da Cidade; em dezembro, ao cinema.

“Esse é um dos grandes diferenciais. A gente não só doa o material, mas acompanha o desenvolvimento do aluno e da família. A gente vê o progresso da criança. As que vão para o passeio são indicadas pelos professores. Ficamos muito tristes quando uma não pode ir, mas a gente incentiva a ser melhor no próximo semestre, e eles se esforçam. Conseguimos ver o resultado”, conta Yara.

A campanha começou quando os voluntários perceberam que, nas comunidades rurais, as crianças faltavam aula com frequência. Um dos motivos é a vergonha por não ter material escolar. “Isso não pode acontecer. Enquanto a gente puder





cuidar da educação, cuidaremos. A gente tem que olhar com carinho para o futuro das crianças com o mesmo carinho que olhamos para nossos filhos. Nosso sonho é que elas possam realizar seus sonhos. Dar um material escolar hoje é investir no futuro”, afirma a presidente da Anjalhaços.

As doações podem ser feitas por depósito bancário ou entrega do kit completo, com caderno, lápis, borracha, tesoura, entre outros objetos (veja Para ajudar).

Desempenho escolar

Antes de conhecer o projeto, a estudante de psicologia Liliane Arede de Moraes, 40 anos, aproveitava promoções e comprava os materiais básicos para os dois filhos, Marcos Paulo Arede de Moraes, 16, e João Luiz Arede de Moraes, 9. Hoje, com o apoio dos Anjalhaços, percebe que o desenvolvimento dos meninos na escola melhorou. “Eles vão para a escola mais felizes e animados e se sentem iguais aos outros. Sem os materiais, a autoestima fica baixa e interfere nos estudos”, diz.

Para João Luiz, até as notas melhoraram. Apaixonado por matemática, ele faz questão de estar em todas as aulas e fazer as atividades para se sair bem na disciplina. “O material que ganhei no ano passado ajudou muito. E quero muito receber neste ano de novo. Eu

consegui até tirar nota máxima na prova. É bom ter todo o material”, conta o menino.

Mãe de três filhos em idade escolar, a dona de casa Lucineide Maria dos Santos, 39, afirma que nunca teve condições financeiras para proporcionar o básico para os filhos. Com as doações, percebeu que os meninos tomaram gosto pela escola. “Ajuda muito, porque eles ganharam coisas que nunca tiveram antes, como mochila, caderno. Não tenho condições. Só Deus para retribuir tudo o que fazem por nós.”

Outras arrecadações

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) também está arrecadando artigos escolares. Até 10 de fevereiro, o órgão recebe materiais novos ou usados, em bom estado, para doar a estudantes de baixa renda da rede pública do DF. As doações podem ser entregues na sede da instituição, no Eixo Monumental, ou nas promotorias das cidades (veja Onde Doar — MPDFT).

São arrecadados lápis de cor, giz de cera, canetinha, caderno, borracha, apontador, mochila, estojo, entre outros materiais. Além disso, podem ser doados livros de literatura — os didáticos não, pois são oferecidos pela Secretaria de Saúde —, material esportivo e brinquedos educativos.

Esta é a 10ª edição da campanha, que, em 2019, beneficiou 528 alunos de quatro escolas rurais que atendem crianças de 4 a 12 anos. Para a promotória de Justiça de Defesa da Educação Márcia da Rocha, o projeto é importante para a população exercer a cidadania de forma diferente. “As pessoas percebem o quanto podemos fazer pela educação em uma sociedade solidária”, disse.

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Distrito Federal (OAB-DF), por meio da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, Adolescente e Juventude, promove a campanha Adote um Estudante. O intuito é ajudar instituições que acolhem crianças em idade escolar e sem condições de comprar material. “Dentro da nossa responsabilidade social e de defesa da cidadania, buscamos arrecadar um kit básico de material escolar para incentivar crianças a frequentarem a escola e enxergarem um bom futuro”, pontua o presidente da comissão, Charles Bicca.

Para ajudar, o doador deve entregar um kit com lápis preto, caixa de lápis de cor, borracha, apontador, caixa de giz e caneta hidrocor, caderno com ou sem pauta, cola e régua. Podem ser entregues os objetos avulsos também, na sede da OAB-DF, até 13 de março (veja Adote um estudante).





200

Quantidade de crianças que recebem a ajuda da Anjalhaços

Onde doar — MPDFT

Até 10 de fevereiro

Das 12h às 19h, de segunda a sexta-feira

Mais informações: (61) 3348-9029 e (61) 3348-9009

Promotoria de Águas Claras
Taguatinga Shopping, QS 1, Lote 40, Torre B, 3º andar, Pistão Sul, Taguatinga-DF

Promotoria de Brazlândia
Fórum Desembargador Márcio Ribeiro, Área Especial 4, Rua 10, Lote 4, Setor Tradicional, Brazlândia-DF

Promotoria de Ceilândia
QNM 11, Lotes 1 e 2, Centro Urbano, Ceilândia-DF

Promotoria do Gama
Quadra 1, Lotes 860, 880 e 900, Setor Industrial Leste, Gama-DF

Promotoria do Paranoá
Quadra 4, Conjunto B, Lote 1, Grandes Áreas, Paranoá-DF

Promotoria de Planaltina
Área Especial Norte 10-A, Setor Administrativo, Planaltina-DF

Promotoria do Recanto das Emas
Quadra 2, Conjunto 1, Lote 3, Setor Urbano, Recanto das Emas-DF

Promotoria do Riacho Fundo
SMAS (Setor de Múltiplas Atividades Sul), Trecho 4, Lotes 6/8, Salas 109, 110 e 11, Brasília-DF (ao lado do Fórum Desembargador José Júlio Leal Fagundes)

Promotoria de Samambaia
Quadra 302, Conjunto 1, Lote 2, Samambaia-DF

Promotoria de Santa Maria
QR 211, Conjunto A, Lote 14, Santa Maria-DF

Promotoria de São Sebastião
Centro de Múltiplas Atividades, Lote 3, São Sebastião-DF

Promotoria de Sobradinho
Quadra Central, Bloco 7, Edifício Sylvania, Térreo, 2º e 3º pavimentos, Sobradinho-DF

Promotoria de Taguatinga
Setor C Norte, Área Especial para Clínicas, Lotes 14/15, Taguatinga Norte, Taguatinga-DF

Sede do MPDFT
Zona Cívico-Administrativa, Ed. Sede do MPDFT, Lote 2

Para ajudar

Depósito bancário
Banco do Brasil
Agência: 1239-4
Conta corrente: 56168-1
Associação Anjalhaços
Ou pelo telefone (61) 99977-4952 e
WhatsApp (61) 98134-6588 —
Falar com Yara

Adote um estudante
Até 13 de março
Onde entregar: sede da OAB-DF (SEPN 516, Bloco B, Lote 7, Asa Norte)

Mais informações:
eventos@oabdf.com